

Por caminhos sinuosos: *quo vadis*, migrante africano?

As remessas – transferências monetárias – dos emigrantes africanos ultrapassaram, nos últimos anos, a verba da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Pela inexistência de dados sobre as remessas de um terço dos países africanos e pela não contabilização daquelas efectuadas pelos canais informais, pode estimar-se que o valor total das remessas seja cerca de 50% superior ao da APD (Sander & Maimbo 2003).

As transferências monetárias não se repetem, no entanto, no desenvolvimento dos países de origem dos emigrantes de modo a colmatar as deficiências, ou a substituir a APD. As remessas têm um impacto positivo na vida das famílias dos emigrantes – em particular no que concerne o acesso à saúde, à educação e a bens de consumo, bens móveis e imóveis – e por vezes na vida das suas comunidades. Contudo, a contribuição das remessas para o desenvolvimento regional ou nacional é uma questão controversa que suscita calorosas discussões entre os estudiosos do desenvolvimento (IOM 2005). Os fluxos de remessas supra-referidos cobrem essencialmente as transferências realizadas a partir dos países desenvolvidos, os quais não correspondem aos principais destinos da migração internacional africana. Com efeito, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) estima que os seus membros acolham apenas 9% de estrangeiros naturais do continente africano, dos quais cerca de metade oriundos de um dos cinco países da África setentrional (OECD 2005). A Bélgica, a França e Portugal, três ex-potências coloniais em África, receptoras de imigrantes africanos mesmo durante o período colonial, destacam-se como sendo os únicos países em que o continente africano é a principal fonte de imigração. Vários estudiosos das migrações defendem a tese de que a maioria das migrações africanas ocorre dentro do continente, interna ou internacionalmente. Desde tempos imemoriais, os africanos tendem para uma migração circular e temporária, tomando as suas decisões sobre “migrar ou permanecer”, “para onde migrar” e “quando migrar” sob diferentes níveis de constrangimento e liberdade de acção

(Amim & Forde 1974; Gailey Jr. 1999; Bruijn et al. 2001; Castles & Miller 2009). A mobilidade espacial contemporânea demarca-se, todavia, das anteriores pela sua dinâmica (aceleração do ritmo dos fluxos) e complexidade (padrões, direcções e composição). A independência dos países africanos traduziu-se em profundas mudanças nas formas de mobilidade interna e internacional. Internamente, os espaços urbanos e as zonas costeiras atraíram um crescente número de indivíduos dos espaços rurais e do interior, decorrente quer dos desequilíbrios regionais existentes em termos de desenvolvimento económico e social, quer da violência dos conflitos perpetrada, sobretudo em espaços rurais e zonas do interior. Internacionalmente, as regiões austral e ocidental da África subsariana tenderam a acolher uma maior proporção de imigrantes/população total que as regiões central e oriental. A consolidação de sistemas laborais regionais nas duas primeiras regiões, e a existência de conflitos violentos e duradouros nas duas últimas, explicam, em grande parte, as diferenças observadas na representatividade dos migrantes internacionais em relação à população total de cada região.

O ritmo aumenta...

O regresso à origem de elevados contingentes de europeus – sobretudo das colónias belgas e portuguesas, onde a descolonização foi pautada por conflitos violentos –, assim como a emigração dos seus descendentes e antigos funcionários do Estado colonial, libertou postos de trabalho e alojamentos que foram ocupados por nacionais residentes nos espaços urbanos. Por sua vez, os postos de trabalho, e os alojamentos destes últimos, foram ocupados por indivíduos que, isentos dos constrangimentos impostos à mobilidade, emigraram dos espaços rurais para os centros urbanos. Ainda que sob novas modalidades e suscitados por factores diferentes, alguns Estados africanos (ex: Tanzânia, Etiópia e Moçambique) adoptaram medidas restritivas e de controlo à mobilidade interna dos seus cidadãos nos anos subsequentes à independência, limitando, desta forma, o excesso de população nos centros urbanos.

FLUXOS MIGRANTES E DESTINOS DA DIÁSPORA AFRICANA



Nota: A espessura das setas serve apenas de indicação aproximada do volume do fluxo.
Fonte: CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. (2009) — *The Age of Migration*. Reino Unido e EUA: Palgrave MacMillan, p.150.

As migrações laborais internacionais integravam-se, por seu turno, nas dinâmicas do sistema económico regional e global com raízes no período colonial. Elevados contingentes de indivíduos transpunham fronteiras nacionais para oferecer a sua mão-de-obra em países vizinhos no âmbito de um sistema regional de transferência de recursos, criado e desenvolvido pelos colonos franceses e britânicos e pelos boéres, e, posteriormente, facilitado pelas políticas de mobilidade de recursos de grupos regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Makinwa-Adebusoye 1992; Cross et al. 2006; Adepouju 2008). O sistema de migração laboral na região ocidental caracterizava-se por fluxos de saída de países como o Benim, Burkina Faso, Togo e Mali, preferencialmente para as plantações do Gana até aos anos 70, e, no período subsequente, para as plantações da Costa do Marfim e explorações petrolíferas

da Nigéria. Indivíduos originários de espaços rurais privados de terras para cultivo, agricultores, exploradores de pequenas propriedades ou de propriedades de baixa produtividade ou rendimento, emigravam sazonal e circularmente, em períodos de pouco trabalho agrícola, para os países vizinhos, para execução de actividades produtivas ligadas ou não à agricultura, na esperança de obter dinheiro suficiente que lhes permitisse adquirir terras ou produtos para sua exploração e/ou complementar os seus rendimentos (Amir & Forbes 1974). O sistema de migração laboral na região austral também se perpetuou graças ao recurso a mão-de-obra estrangeira proveniente dos países fronteiriços. A África do Sul e, até aos anos setenta, em menor escala, a Zâmbia, recrutavam imigrantes para trabalhar nas explorações mineiras de ouro, diamante e cobre. Acordos tácitos (ex: Lesoto e Suazilândia) ou formais (ex: Moçambique), entre os governantes e as entidades responsáveis

Joelma Almeida

pelo recrutamento de mão-de-obra para as minas, prolongavam-se ao período pós-colonial (Kok *et al.* 2006).

... e o chão foge

As dinâmicas migratórias sofrem profundas alterações a partir dos anos oitenta, decorrentes da deterioração da situação económica, social e política nos países africanos. O impacto das crises petrolíferas dos anos setenta, a deterioração das relações de troca – devido, em grande parte, à quebra dos preços dos produtos primários agrícolas e minerais no mercado mundial –, o aumento da dívida pública e a governação inadequada resultaram na adopção de medidas macroeconómicas liberais no âmbito dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), os quais contribuíram enormemente para o empobrecimento das populações (Frame 2007). Embora o volume da população rural superasse o da população urbana em qualquer região do continente, a população urbana foi particularmente atingida pelas reformas económicas e sociais implementadas no âmbito dos PAE. O elevado crescimento da população urbana desde o período da independência, quer por via migratória, quer por via do saldo fisiológico natural, não havia sido acompanhado por uma criação de condições adequadas para a integração económica e social da mesma. Os centros urbanos acolhiam um número de indivíduos amplamente superior à capacidade de absorção do seu mercado de trabalho, tendo esses indivíduos acabado por enveredar rumo a actividades produtivas associadas ao sector informal ou a actividades menos produtivas frequentemente associadas à criminalidade. Com a deterioração do seu poder de compra, essa população adoptou estratégias de sobrevivência diversificadas, entre as quais a emigração internacional de um ou de vários membros da família. A emigração era entendida como uma das poucas respostas possíveis à capacidade manifestamente limitada do mercado de trabalho dos centros urbanos e à crescente precariedade das condições laborais no sector público, principal empregador formal. A crise no sector económico dos países tradicionalmente receptores repercutiu-se

igualmente no recrutamento. Ao longo dos anos, medidas cada vez mais restritivas aos fluxos de entrada de estrangeiros, acompanhadas de discursos xenófobos, foram sendo implementadas. Embora não seja este um facto inédito na história pós-colonial em momentos em que a procura excede a oferta de mão-de-obra (ex: Senegal, Camarões e Gana no final dos anos sessenta e Uganda no início dos anos setenta), as expulsões de estrangeiros (ex: Nigéria 1983), e as manifestações de sentimentos e práticas xenófobas contra estrangeiros de origem africana (Costa do Marfim e África do Sul) vulgarizam-se na África subsariana à medida que se deteriora a situação económica e social (Amim & Forde 1974; Touré & Fadayomi 1993; Adepoju 2008). A deterioração do bem-estar das populações por todo o continente produziu um aumento de pressão para a emigração, tanto nos tradicionais países de emigração como nos tradicionais países de imigração, que se converteram, também, em países de emigração (Costa de Marfim, Gana e Zâmbia) ou passaram a acumular as funções de emissores e receptores de migrantes (África de Sul). No novo contexto, diferentes tipos de migração tiveram lugar, desde os migrantes burkinabés que regressaram aos espaços rurais de origem, aos profissionais de saúde ganenses, ugandeses e zimbabueanos, que emigraram para a África do Sul para preencher as posições vagas, na sequência da emigração dos profissionais sul-africanos para a Europa, América e Oceânia, ou que emigraram directamente para o Reino Unido, Estados Unidos e Médio Oriente para áreas da saúde com défice de mão-de-obra local. As mulheres passaram a contribuir para o engrossamento do caudal dos emigrantes intra e intercontinentais, executando tarefas no âmbito da prestação dos mais variados serviços e da comercialização de produtos, deixando os filhos no país de origem, a cargo de familiares (Adepoju 2008). Actualmente, a proporção das mulheres migrantes, no total dos migrantes internacionais em África, aproxima-se dos 50% em qualquer região do continente. Este tipo de migração constituiu um prolongamento da migração rural-urbana, circular ou permanente, empreendida por

adolescentes, jovens com instrução secundária ou viúvas, separadas e divorciadas, desde a independência (Baker & Aida 1995).

O ritmo e volume das migrações intercontinentais para a Europa e, a um nível significativamente inferior, para os Estados Unidos, Canadá e Austrália aceleraram. Numa primeira fase, a escolha recaiu nos países com algumas afinidades culturais ou linguísticas, onde já existiam comunidades arreigadas. Mas, face à implementação cada vez mais rigorosa de medidas de contenção à imigração, o panorama dos destinos estendeu-se a países não enquadráveis nos padrões geográficos tradicionais: países com os quais não há afinidade cultural, política ou histórica (ex: senegaleses e malianos na Zâmbia, África do Sul e em Itália).

Entre os principais candidatos à emigração encontram-se os jovens, que frequentemente representam o grosso da população urbana desempregada. Goradas as expectativas de prosseguir os estudos ou de encontrar um emprego no sector formal, sentem que estão atolados num lugar que pouco mais lhes oferece do que a sobrevivência quotidiana. O regresso ao local de origem é impensável. Nesta senda, a emigração internacional surge como uma das poucas opções viáveis.

Os obstáculos à migração fazem com que os movimentos tendam a perder o seu carácter sazonal, circular e repetitivo e as rotas da migração tornam-se mais complexas: aumentam as distâncias, recorre-se a países de trânsito como plataformas de catapultação para os destinos visados e usam-se intermediários que, normalmente associados a redes criminosas de contrabandistas/traficantes de seres humanos, muitas vezes os submetem a novas formas de escravatura (Adepoju 2005 e 2008; OIM 2005). A entrada clandestina é apenas uma das estratégias cogitadas pelos potenciais migrantes, embora não seja a mais frequente nas migrações intercontinentais. Segundo as autoridades competentes dos países europeus de imigração, a entrada legal e o prolongamento da estadia após a expiração do prazo de permanência legal é a estratégia mais frequente.

A deterioração da situação económica, social e política, mundial produz uma enorme

pressão sobre o emigrante e o potencial migrante. As famílias pressionam o primeiro para aumentar as remessas e o segundo para a emigração. No país de imigração, o emigrante sente-se pressionado para aceitar empregos mal remunerados e em condições adversas, pelas crescentes manifestações de xenofobia e, quando da condição de clandestino, pelos controlos das autoridades e pelas ameaças dos empregadores. O emigrante é ainda pressionado pelos obstáculos resultantes do endurecimento das políticas de imigração e, pior, pela “escravização” a que são submetidos pelos traficantes de seres humanos que os mantêm presos nas suas redes de criminalidade. ■

Referências

- ADEPOJU, Aderanti, (2005) — *Review of Research and Data on Human Trafficking in sub-Saharan Africa*. International Migration, 43 (1/2), pp.75-98.
- ADEPOJU, Aderanti, (2008) — *Migration in Sub-Saharan Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- AMIN, Samir; FORDE, Daryll (Eds.), (1974) — *Modern Migrations in Western Africa*. London: Oxford University Press.
- BAKER, Jonathan; AIDA, Tade Akin, (1995) — *The Migration Experience in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- BRUIJN, Mirjam de; DIJK, Rijk van e; FOEKEN, Dick, (2001) — *Mobile Africa: Changing Patterns of Movement in Africa and Beyond*. African Dynamic, 1. Leiden/Boston/Koln: Brill.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J., (2009) — *The Age of Migration*. 4.ª Edição, Reino Unido e EUA: Palgrave MacMillan.
- CROSS, Catherine et al. (eds.) — *Views on Migration in Sub-Saharan Africa*. Cape Town, South Africa: Human Sciences Research Council and Department of Social Development, pp.103-129.
- FRAME, Iain, (2007) — *Africa South of the Sahara 2007*. London & New York: Routledge.
- GAILEY JR., Harry A., (1999) — *History of Africa*. Florida: Krieger Publishing Company.
- IOM, (2005) — *World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration*. World Migration Report Series, Geneva: International Organization for Migration.
- KOK, Pieter; GELDERBLOM, Derik; OUCHO, John O.; VAN ZYL, Johan, (2006) — *Migration in South and Southern Africa: Dynamics and determinants*. Cape Town: Human Sciences Research Council.
- MAKINWA-ADEBUSOYE, Paulina, (1992) — *The West African System*. In Kritz, Mary M.; Lim, Lin Lean; Zlotnik, Hania (eds) — *International Migration Systems: A Global Approach*. Oxford: Clarendon Press, pp. 63-79.
- OECD, (2005) — *Trends in International Migration: SOPEMI 2004*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- SANDER, Cerstin; MAIMBO, Samuel Munzele, (2003) — *Migrant Labor Remittances in Africa: Reducing Obstacles to Development Contributions*. Africa Region Working Paper Series N.º 64, Washington DC: The World Bank.
- TOURÉ, Moriba; FADAYOMI, T. O. (eds.), (1993) — *Migration et Urbanisation au sud du Sahara: Quels impacts sur les politiques de population et de développement?* Paris: Karthala.
- UNECA, (2006) — *International Migration and Development: Implications for Africa*. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa.